

Régis Debray, Jacques Julliard

A opinião, doença infantil ou senil da democracia?¹

Artigo publicado no jornal Le Monde – 1º Junho de 2008

O Instituto Pierre-Mendès-France organizou, quinta-feira 29 de maio de 2008, um debate sobre a democracia de opinião do qual publicamos os principais trechos: trata-se do estágio moderno de desenvolvimento da vida política ou de uma forma de degenerescência inquietante para a República?

Jacques Julliard : A constatação que eu quis fazer em *La reine du monde* (Flammarion. 128p.) é que assistimos a uma modificação profunda da natureza da democracia. A novidade da instituição do sufrágio universal, em 1848, seguida da III República, era inteiramente fundamentada no sistema da representação. Tudo hoje acontece como se a noção de vontade geral se traduzisse de duas maneiras concorrentes: por um lado, as eleições e a designação de representantes no sufrágio universal; por outro lado, o peso crescente da opinião. Sempre existiram fenômenos de opinião nos sistemas políticos. O fato novo é o caráter permanente dessa pressão da opinião e, sobretudo, que ela tenha meios de se fazer ouvir.

As conseqüências são espetaculares. A opinião leva vantagem sobre a classe política como vimos quando do referendun europeu de 29 de maio de 2005². Ela ganha, de modo cada vez mais freqüente, sobre o Parlamento: as sondagens não são mais apenas um instrumento de medida, são fatos políticos em si, como o voto, e cada vez que um político tem que escolher entre seu mandato eleitoral e o julgamento das sondagens, ele escolhe quase sempre o segundo. Mais grave do ponto de vista da democracia, a opinião tem a possibilidade de impedir a lei e de vencer a legalidade republicana, como aconteceu com o contrato de primeiro emprego (CPE) em 2006³. As eleições em si estão afetadas por esse fenômeno já que as primárias encarregadas de designar candidatos começam a ocupar um lugar cada vez mais importante.

Na França pelo menos, a democracia representativa foi concebida desde a origem como uma proteção contra o sufrágio universal: uma vez que os cidadãos designaram seus representantes, seu dever é de calar. É isto que já não aceitam mais.

¹ Tradução Florence Dravet

² Em 29 de maio de 2005, os franceses foram convidados a referendarem para ratificar ou não o Tratado do Conselho Europeu que pretende dotar a Europa de uma Constituição. Enquanto a maioria dos partidos políticos franceses fez campanha a favor do "Sim" e da ratificação, o povo votou "Não" com 54,6% dos votos, tendo por conseqüência a paralisação do avanço da União Européia. (NdT)

³ Em 2006, o presidente da França Jacques Chirac promulgou uma lei instaurando um contrato de primeiro emprego para os jovens de menos de 26 anos, contrato esse que visava facilitar o emprego ao flexibilizar a lei do trabalho do lado do empregador. Esse contrato foi considerado precário pelos líderes dos movimentos estudantis que mobilizaram os jovens. Houve greves e manifestações em massa. Apesar disso, a Lei foi aprovada pelo Parlamento e promulgada. Mas o presidente, para acalmar o movimento popular, anunciou que não aplicaria a Lei e fez votar um novo texto, suprimindo o contrato de primeiro emprego. É a primeira vez que uma lei é votada e não pode ser aplicada devido às pressões populares (NdT).

COMUNICOLOGIA

Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília

ISSN 1981-2132

Régis Debray: A expressão “democracia de opinião” é simpática: é difícil colocar-se contra a democracia; quanto à opinião, cada um tem a sua. Já é diferente quando se trata de falar em República, rumor e look. Ou de sistema de sondagem política. Tomemos o exemplo das sondagens. Elas são experts? Não. Em realidade, elas se tornaram oráculos e até mesmo árbitros: em vez de abrir o debate, elas o encerram e dão a palavra final como se, para além da cifra, não houvesse mais necessidade de discutir.

No entanto, democracia não é ditadura da popularidade. Hoje, só se torna legítimo aquilo que é popular e isso funciona em círculo fechado. Quem encomenda as sondagens? A mídia. Quem as comenta? Novamente a mídia. E quem se determina com relação a eles? Nossos supostos dirigentes. Quanto aos militantes, eles votam para tal candidata porque ela está liderando as sondagens. Ou seja, a política se dissolve na sociologia: ela deixa de ser uma escolha de uma sociedade mais ou menos esclarecida, na sequência de um debate contraditório e de uma deliberação.

Mas Jacques Julliard está certo quanto a um ponto essencial. A democracia na idade dos suportes técnicos: ela aparece numa sociedade em que há caminhos de ferro, jornais e partidos em torno dos jornais. É, de certa forma, a idade de chumbo da democracia. Entramos na idade do electron. Depois da República, do impresso (eleição + educação + imprensa), nós passamos, com a V República⁴, à democracia televisual, essa mídia bonapartista que funciona com o plano fechado e impõe o reino do “eu, eu”. Com internet, assistimos ao aparecimento de uma opinião totalmente insólita, reticular e disseminada, que não atende mais a um sistema hierárquico e centralizado.

É a regra, cada época provoca um curto-circuito nas mídias precedentes. Vimos isso com a imprensa que colocou a bíblia ao alcance de todos e provocou a desclassificação do clero. Com internet, não é “Todos padres”, mas “Todos jornalistas!”, e uma desclassificação similar dos diretores de opinião, esta confraria que se encontra despossuída do monopólio da representação da opinião. No horizonte, é o fim dos jornais. Portanto, o fim do intelectual, já que ele é um pensador que faz jornalismo.

A desestabilização é considerável. Será uma libertação? Isto não é nada certo. Pois o sistema está gerando uma democracia plebicitária, amolecida pela imagem e cotidianaizada pelas sondagens. Esta contradição dos tempos, este fechamento das cronologias no instante presente, esta ditadura do emotivo e da impressão me parecem muito perigosos.

Jacques Julliard: Risco de deriva plebicitária? Sou menos pessimista que Régis Debray em seu recente ensaio *A obcenidade democrática* (Flammarion. 86p.). Não precisa ser pessimista demais. A opinião não é sempre tão burra quanto parece. Pode acontecer de ela ter uma maior noção do interesse geral que a própria classe política, fechada em suas divisões. Por outro lado há uma auto-educação da opinião como houve historicamente uma auto-educação do sufrágio universal. É verdade que a opinião tem algo de emotivo, de versátil e de mal informado. Mas são

⁴ Regime republicano em vigor na França desde 1958 que instaurou o sufrágio universal direto (NdT).

COMUNICOLOGIA

Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília

ISSN 1981-2132

exatamente as três críticas que eram feitas, no século XIX, ao sufrágio universal que foi a principal fortaleza na França contra qualquer forma de extremismo de direita ou de esquerda. O que é conforme à análise muito lúcida de Tocqueville retornando da América: para ele, a opinião não conduz nem à divisão, nem ao extremismo da sociedade, mas sim a uma opinião média massiva e gelatinosa.

Quanto ao temor de que a opinião seja manipulada, isso remete um pouco à crítica de Pierre Bourdieu e a seu famoso “a opinião pública não existe”. Exato. A opinião pública é um artefato. Será ela por esse motivo, detestável? Não. Pois a democracia ela mesma e seus grandes conceitos (o povo, o sufrágio universal, etc...) são artefatos. Pode-se dizer portanto que a opinião pública não existe. Mas não se pode dizer que ela não tem nenhuma influência. Esta é a melhor demonstração de sua existência!

Régis Debray: Jacques Julliard insiste nesse novo sorriso da democracia. Eu vejo mais uma nova careta. Quando você tem um despedaçamento da cena pública, uma fragmentação das audiências, um esfacelamento da opinião e que você acrescenta a isso uma formidável subida centrífuga de um tipo corporativista regional ou confessional, é possível ter um corpo cidadão capaz de se juntar em torno de um mesmo espetáculo?

Essa ditadura da mídia de sondagem transforma o governo em gestor dia após dia, tendendo para os supostos desejos da opinião, a fim de antecipá-los ou de previni-los. Assistimos desta forma, por exemplo, ao nascimento de uma diplomacia onde nos emocionamos instantaneamente com tudo (Darfur, Tibete, etc) para melhor ocupar-se duravelmente de nada, onde se salta de uma imagem à outra sem memória nem propósito. Maus augúrios para a República e talvez até para a democracia.

Jacques Julliard: a democracia de opinião conduzirá ao fim da política? Talvez. Tendo a pensar que a democracia direta, qualquer que seja sua forma, marca o fim daquilo que chamamos tradicionalmente a política, ou seja, uma atividade separada, fundamentada na clivagem entre representados e representantes. Uma certa visão universalista da política está morrendo debaixo dos nossos olhos. É preciso conscientizar-nos para impedir que esse desaparecimento conduza ao declínio daquilo que é consubstancial da democracia – e que a democracia de opinião não garante: a proteção da liberdades.

Régis Debray: Na hierarquia filosófica, a opinião é o grau mais baixo do saber, algo como o preconceito, um estado mental que leva a dar seu assentimento a uma certa representação. Ela é exatamente o contrário da convicção, que não é uma questão de assentimento, mas de existência. Não se morre por uma opinião, pode-se morrer por uma convicção. Eis exatamente o problema: a opinião não luta com armas iguais contra a convicção. Uma democracia de opinião resiste frente a movimentos religiosos, que são movimentos mundiais? Acredito que sim, é o pote de barro contra o pote de ferro. É no domínio internacional que a opinião delira completamente: nós não temos mais nenhuma idéia do que é o mundo exterior porque, precisamente, a opinião reina.

COMUNICOLOGIA

Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília

ISSN 1981-2132

Jacques Julliard: Estou em discordância com a oposição feita por Régis Debray entre opinião e convicção. A opinião é a liberdade e, desse ponto de vista não vejo diferença entre democracia representativa e democracia de opinião, fundadas no pluralismo e no debate aberto. Isto constitui efetivamente uma deficiência para as democracias, chamemo-las de liberais já que devem ter tempo para debater e convencer. Mas é essencial.

Régis Debray: Volto à minha convicção: enquanto cidadão, aquele que não obedece ao politicamente correto; em termos de homem de Estado, aquele que não obedece à opinião. Mesmo que, na democracia, efetivamente, isso não seja simples.